



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO  
Av. da Paz, 2076, Centro - Maceió/AL - 57.020.440 (Tel. 82-2121-8263)

Processo 959/2016.

**Relatório Final**

Às 10 (dez) horas do dia 07 de junho de 2016, no Gabinete da Secretaria de Administração, reuniram-se os membros da Comissão instituída pela Portaria GP nº 254/2016, destinada a apurar os fatos e instruir o processo administrativo nº 959/2016, referente ao contrato TRT 19ª AJA nº 72/2014 (Processo 33.086/2013), com vistas a rescisão contratual.

Informamos, ainda, que a empresa Infracon foi devidamente notificada da intenção deste Regional em rescindir unilateralmente o contrato nº 72/2014, conforme ofício de f. 58, tendo apresentado sua defesa às f. 64/66, através de singelo telegrama e sem enviar nenhum anexo.

O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão foi prorrogado por mais trinta dias, conforme Portaria de f. 70.

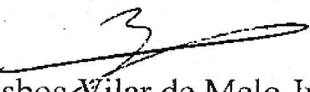
A Infracon foi novamente notificada através do ofício de f. 72, encaminhando em anexo ao referido ofício as informações de f. 73/78 (resposta a defesa de f. 64/66), para apresentar considerações finais no prazo de 10 (dez) dias. Findo o prazo a Infracon permaneceu silente.

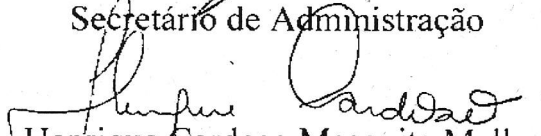
Decidimos juntar ao presente processo a documentação de f. 79/212 e 216/274, na qual a Infracon requer a rescisão amigável e pagamento de serviços que entende ter direito. A respeito dessa documentação a área técnica juntou os devidos esclarecimentos às f. 277/298.

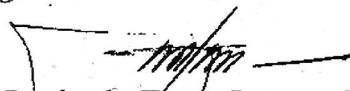
Ratificamos e endossamos integralmente as informações constantes das f. 02/14, 73/78 e 277/298.

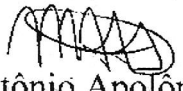
Dessa forma, entendemos que está mais do que justificada a rescisão unilateral do contrato mantido entre este Regional e a empresa Infracon Construtora e Incorporadora Ltda. Nada mais havendo a acrescentar, submetemos o presente relatório à elevada consideração do Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

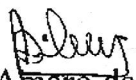
Ref. Relatório Final da Comissão (Processo 959/2016).

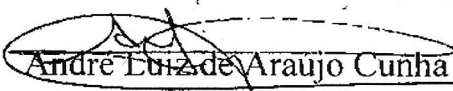
  
Eugênio Lisboa Vilar de Melo Júnior  
Secretário de Administração

  
Henrique Cardoso Mesquita Mello  
Secretário de Orçamento e finanças

  
Paulo de Tarso Lemos Santana  
Coordenador de Manutenção e Projetos

  
Marcos Antônio Apolônio da Silva  
Chefe da Seção de Apoio Administrativo

  
José Amaro da Silva  
Assistente Financeiro

  
André Luiz de Araujo Cunha  
Assistente Chefe

9.978  
ne/



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Gabinete da Presidência

**PROCESSO TRT 19ª Nº 959/2016**

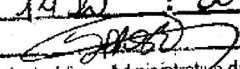
Encaminhem-se os autos à Assessoria Jurídico-Administrativa para emissão de parecer acerca da possibilidade de rescisão unilateral do contrato firmado entre este Regional e a empresa Infracon Construtora e Incorporadora Eireli (Contrato n.º 072/2014).

Após, os autos deverão ser remetidos à Ordenadoria de Despesas, em prosseguimento.

Maceió, 09 de junho de 2016.

  
**PEDRO INÁCIO DA SILVA**

Desembargador Presidente do TRT da 19ª Região

Recebido em 10 / 6 / 2016  
As 14 h : 00 min  
  
Assessoria Jurídico - Administrativa da Presidência.





*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*



**PROCESSO TRT19 N. 959/2016**  
**PARECER AJA N. 116/2016**

### RELATÓRIO

Trata-se de determinação do Exmo. Desembargador Presidente deste Regional, Pedro Inácio da Silva, no sentido de que esta Assessoria Jurídico-Administrativa emita parecer acerca da possibilidade de rescisão unilateral do contrato firmado entre este Regional e a empresa Infracon Construtora e Incorporadora Eireli.

A Comissão de Fiscalização da segunda fase da construção da nova sede das Varas do Trabalho de Maceió, instituída por meio da Portaria n. 73/GP/TRT19, de 21.1.2015, apresentou relatório às f. 2/14, o qual demonstra o baixíssimo desempenho da contratada nas primeiras 10 (dez) medições e consequente impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado. Apontou irregular cumprimento de prazos, aliado à falta de material, inexistência de um efetivo planejamento no modelo construtivo, bem como a utilização de materiais em desacordo com as especificações editalícias. Narrou também que a Infracon se encontra em dívidas com as empresas subcontratadas e com os fornecedores do mercado local. Em razão disso, propôs a referida comissão a rescisão unilateral do contrato nos termos do art. 78, II, III e V, da Lei n. 8.666/93.

Encaminhados os autos à Diretoria Geral deste Regional, ratificou o Sr. Diretor Guilherme Antônio Feitosa Falcão o posicionamento da Comissão de Fiscalização pela rescisão unilateral do Contrato TRT19/AJA n. 72/2014, bem como pela apuração das sanções contratualmente previstas, tendo em vista os claros indícios de que a contratada não possui condições financeiras de prosseguir com a execução da obra, quer seja pela baixa produtividade apresentada, quer seja por não honrar compromissos junto a terceiros (f. 29/30).

Em seguida, a Ordenadora de Despesas Substituta, Sra. Fabiana Teixeira de Moura, à f. 50/50v., entendendo cabível a instauração de processo administrativo com a finalidade de rescisão unilateral do Contrato TRT19/AJA n. 72/2014, encaminhou os autos ao Desembargador Presidente desta Corte, Pedro Inácio da Silva, que ratificou tal medida (f. 51/51v.).



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

Assim, determinou o Des. Presidente a instauração do respectivo processo administrativo para a apuração dos fatos acima narrados, assegurando à contratada o contraditório e a ampla defesa, bem como a cientificando acerca da pretensão desta Administração em rescindir o contrato unilateralmente, com fundamento no art. 78, II, III e V, da Lei n. 8.666/93, e aplicar as sanções administrativas, consoante as disposições expressas nos art. 86 e 87 do mesmo diploma legal.

Em cumprimento à determinação supra, o Secretário de Administração Sr. Eugênio Lisboa Vilar de Melo Júnior encaminhou o Ofício n. 063/2016-SA ao Sr. Frederico Alexandre Zaiden, representante da Infracon e Gerente do Contrato, o qual manifestou ciência de seu conteúdo em 18.4.2016 (f. 58).

Em 27.4.2016 a contratada, respondendo o ofício supra, ofereceu defesa prévia (f. 64/66), alegando resumidamente que a fiscalização deixou de lhe pagar serviços extras e normais já executados, bem como negou medir a obra como sendo empreitada por preço global e não unitário. Em relação aos atrasos, busca o justificar alegando erros no cronograma apresentado na licitação, e solicitando sua alteração sem mudar o prazo de entrega da obra, a qual foi negada pelo fiscal. Assevera também que não obteve respostas sobre as consultas formuladas à fiscalização a respeito de definições de aspectos técnicos tais como nível do piso do subsolo e sobre a troca do fornecedor de agregado para a realização do piso de alta resistência. Pede, em razão desses fatos, que se proceda à rescisão amigável do contrato.

Às f. 73/78 a Comissão de Fiscalização apresenta impugnação à defesa prévia oferecida pela Infracon, refutando especificamente cada um dos argumentos ali levantados.

Às f. 79/212 e 216/274 a contratada apresenta requerimentos e documentação que entende lhe favorecer, postulando a rescisão amigável do contrato e pagamento de serviços que, sob sua ótica, lhe são devidos.

Refutando as alegações apresentadas pela empresa, a fiscalização apresentou os esclarecimentos de f. 277/298, os quais foram ratificados e endossados integralmente no Relatório Final da Comissão instituída pela Portaria GP n. 254/2016, destinada a apurar os fatos e instruir o Processo Administrativo n. 959/2016, com vistas à rescisão do Contrato TRT19/AJA n. 72/2014-~~970~~



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

Submetido o citado Relatório Final à elevada consideração do Desembargador Presidente deste Regional, Pedro Inácio da Silva, determinou ele o encaminhamento dos autos a esta Assessoria para emissão de parecer acerca da possibilidade de rescisão unilateral do contrato em discussão.

É o relatório.

### FUNDAMENTAÇÃO

Acerca da rescisão contratual e consequências dela proveniente, a Lei n. 8.666/93 dispõe nos seguintes termos:

"Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

IV - (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização".

Da análise do texto legal acima extrai-se que, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78, a Administração pode promover a rescisão unilateral, *PD*



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

restando cabível a via amigável em quaisquer outras das situações, quando se mostrar presente a conveniência administrativa.

A rescisão amigável, pois, apenas está fundada em situações que não se enquadrem como inadimplemento contratual, caso contrário haverá o risco de proceder em desconformidade com as disposições da lei e aos entendimentos firmados pelo Tribunal de Contas, consoante se observa da deliberação abaixo:

"Não se verificou, nesse caso concreto, conveniência da Administração Pública em rescindir amigavelmente a avença, conforme exige o art. 79, inciso II, da Lei 8.666/93, pois foi a empresa ... que injustificadamente deu causa à inadimplência contratual. Portanto, incumbia à Administração Municipal, antes mesmo de proceder à rescisão unilateral por inexecução do ajuste e após assegurar defesa prévia, envidar as medidas necessárias à aplicação de sanção à contratada, conforme estabelecem os arts. 79, inciso II, 86 e 87 da Lei 8.666/93." (Acórdão n. 2.558/2006, 2ª C., Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues).

Acrescente-se que, para a efetivação da rescisão amigável como proposto pela contratada, necessária se faz a autorização escrita e fundamentada da autoridade competente com a justificativa da oportunidade e conveniência administrativa para tomada de tal decisão. Necessário que a Administração Pública demonstre que não houve inexecução contratual por culpa do contratado já que, caracterizada esta hipótese, será procedida a rescisão unilateral. Neste sentido já decidiu o Tribunal de Contas da União, como se observa de trecho do acórdão:

"[...] 2. A rescisão amigável do contrato sem a devida comprovação de conveniência para a Administração e de que não restaram configurados os motivos para a rescisão unilateral do ajuste configura irregularidade, por afrontar o disposto no art. 79, inciso II, da Lei 8.666/1993. [...]" (Acórdão n. 740/2013-Plenário, TC 016.087/2012-7, Relator: Minsitro Benjamin Zymler, 3.4.2013).

Analisando os autos, extrai-se dos argumentos da Comissão instituída pela Portaria GP n. 254/2016, destinada a apurar os fatos e instruir o Processo Administrativo n. 959/2016 com vistas à rescisão do Contrato TRT19/AJA n. 72/2014 que, durante a execução contratual, a Infracon cumpriu de forma irregular as cláusulas contratuais, especificações e prazos; atrasou a execução da obra, de modo que a Administração comprovasse a impossibilidade de sua conclusão no prazo estabelecido



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*



contratualmente; além de, finalmente, paralisar a obra sem justa causa e prévia comunicação à Administração, consoante se observa das informações apresentadas às f. 2/14, 73/78 e 277/298.

Como já delineado acima, dispõe o art. 79, I, da Lei n. 8.666/93, que a Administração Pública poderá determinar a rescisão do contrato unilateralmente, elencando, dentre os casos possíveis para tanto, as hipóteses enumeradas nos incisos II, III e V do art. 78 da LGL, que assim preveem:

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

[...]

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

[...]

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

[...]"

Por conseguinte, a atuação da contratada no sentido de cumprir seus deveres em ofensa às especificações contratuais e legais configura causa autorizadora da rescisão contratual, nos termos do inciso II do art. 78 da Lei n. 8.666/93. Nesse sentido, pouco importa se a conduta é dolosa ou culposa; basta que seja grave o suficiente para acarretar riscos de prejuízos ainda maiores para a contratante na hipótese de manutenção do contrato. Tal situação ocorre quando a contratada demonstra sua inabilidade para executar o objeto contratual, acarretando consequências danosas irreparáveis à outra parte.

A demora injustificada na prestação contratual também se constitui como motivo para a rescisão, nas hipóteses em que leva a Administração a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no período contratualmente estipulado, consoante se verifica da leitura do inciso III do art. 78 da LGL. Nessa situação, a rescisão é autorizada diante de fortes indícios de futuro descumprimento. A Administração, por meio de sua fiscalização, demonstrará que, mantido o mesmo desempenho, a contratada não terá condições de cumprir os prazos previstos contratualmente. *FD*



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

A esse respeito, Marçal Juntem Filho<sup>1</sup> assim leciona:

"Não basta, por isso, a mera lentidão na execução. Deve estar presente o outro requisito. Deve ser fundada a previsão da impossibilidade de cumprimento dos prazos. Respeitadas as cláusulas contratuais, a parte tem a faculdade de determinar o ritmo de execução da prestação. Poderá estabelecer a forma de execução que lhe parecer a mais adequada. Terá por limite, porém, as determinações contratuais sobre ritmo de execução (eventualmente existentes) e a factibilidade das suas prestações".

Nesse caso, a contratada deverá ser informada acerca de seu baixo desempenho, recebendo oportunidade para comprovar que possui condições de cumprir com o estipulado contratualmente. Ressalte-se que a mera alegação da empresa não é suficiente: imprescindível que ela demonstre, concretamente, os reais motivos que aptos a ensejar a mudança de entendimento da Administração acerca do cumprimento dos prazos. Seguindo a expressão de Marçal Juntem Filho<sup>2</sup>, "Entre as meras palavras do particular e os indícios de lentidão, prevalecem estes últimos e a rescisão deverá ser determinada."

Por derradeiro, a execução do contrato administrativo não pode ser paralisada sem que haja justa causa para tanto, diante da supremacia do interesse público em favor da continuidade do serviço. Apenas excepcionalmente, por motivos extraordinários, é que se admite a paralisação da obra, mas sempre dependendo de autorização expressa da Administração, com a consequente formalização da alteração por meio de aditivo próprio, já que implicaria em modificação nas obrigações contratuais.

Sobre a paralisação da execução dos serviços, veja-se o que leciona Marçal Justen Filho<sup>3</sup>:

"Mais grave do que a demora no início dos trabalhos é a paralisação da atividade. Essa situação se assemelha à hipótese prevista no inc. III, pois a paralisação prejudica o cumprimento dos prazos contratuais. Mas não se identifica com ela, pois não é necessário que a Administração comprove que a paralisação inviabilizará o cumprimento dos prazos. A paralisação é eleita pela lei como causa autônoma de

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 16ª ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 1090

<sup>2</sup> *idem*.

<sup>3</sup> *ibidem*, p. 1091



*Poder Judiciário*  
*Justiça do Trabalho*  
*Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região*  
*Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*



rescisão, independentemente de outras circunstâncias. A lei reputa que a cessação da atividade, após iniciada, indica ruptura da atividade do particular.

A paralisação somente pode ser admitida quando o particular comunicar previamente os motivos à Administração".

A jurisprudência é farta acerca da possibilidade de rescindir unilateralmente o contrato pelas diversas formas de inadimplemento praticadas pela contratada:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (MATERIAL E MÃO DE OBRA). PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. INDEFERIMENTO. PRECLUSÃO. ATRASO NA EXECUÇÃO DAS OBRAS. CULPA DA CONTRATADA. RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO PELA ADMINISTRAÇÃO (LEI 8666/93, ART. 78, II). POSSIBILIDADE. IMPOSIÇÃO DE MULTA POR INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO (LEI 8666/93, ART. 87, III). PENALIDADES CABÍVEIS. [...] 2. A legislação possibilita que o contrato administrativo seja rescindido unilateralmente pela administração quando configurado o cumprimento irregular dos prazos pela parte contratada (art. 78, II, Lei n. 8.666 /93). 3. Configurada a inexecução total ou parcial do contrato, é lícito à administração, garantido a ampla defesa e o contraditório, impor ao contratado a sanção de suspensão temporária de participação em licitação ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração (art. 87, III, Lei 8666/93). 4. Apelação conhecida e não provida". (TJ-DF - APC: 20100110184736 DF 0010095-71.2010.8.07.0001, Relator: SIMONE LUCINDO, Data de Julgamento: 5.11.2014, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 12.11. 2014) (sem grifos no original)

"DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBJETO (LEI 8.666/93). EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS. CONTRATADA. PARALISAÇÃO DA OBRA. ALTERAÇÃO DE CRONOGRAMA. AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA CONTRATANTE. ADITIVO CONTRATUAL. NECESSIDADE. 70



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

AUSÊNCIA. CUMPRIMENTO DO CONTRATO NOS SEUS EXATOS TERMOS. IMPERATIVO LEGAL. DESCUMPRIMENTO. AFIRMAÇÃO. CULPA DA CONTRATADA. RECONHECIMENTO. INADIMPLÊNCIA. QUALIFICAÇÃO. RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE PENALIDADE ADMINISTRATIVA. LEGITIMIDADE. PERDAS E DANOS. LUCROS CESSANTES. INVIABILIDADE. PAGAMENTO POR SERVIÇOS EXECUTADOS. CABIMENTO. INFIRMAÇÃO. FATO EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. ÔNUS PROBATÓRIO. DISTRIBUIÇÃO (CPC, ART. 333, II). [...] 4. Ocorrido o descumprimento contratual culposo por parte da empresa contratada, inclusive porque viera a abandonar completamente a obra adjudicada, determinando a rescisão do contrato administrativo, o procedimento administrativo instaurado pela contratante com o escopo de ser apurado o inadimplemento e aplicação dos efeitos que lhe são inerentes, se consumado sob as garantias do contraditório e da ampla defesa, **legítima as sanções que restaram aplicadas** - contratual e legalmente previstas - à contratante de suspensão temporária de participação em procedimento licitatório e multa pecuniária, porquanto tais consequências defluem do legalmente previsto para a espécie em razão das cláusulas de privilégio legalmente aplicáveis aos contratos administrativos. [...]" (TJ-DF, APC: 20080111244460APC, Acórdão n. 797804, Relator: TEÓFILO CAETANO, 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 4.6.2014, Publicado no DJE: 25.6.2014) (sem grifos no original)

"[...] **CONTRATO ADMINISTRATIVO. Rescisão unilateral do contrato pela Administração e imposição de penalidade à empresa contratada pela inexecução do contrato. Possibilidade. Paralisação da obra. Motivos levantados pela autora não demonstram o impedimento alegado. Culpa da autora configurada. Sentença de improcedência mantida. Recurso improvido.**" (TJ/SP, 2ª Câmara de Direito Público, Apelação n. 0011224-94.2011.8.26.0568, Rel: Cláudio Augusto Pedrassi, Publicação: 17.7.2014). (sem grifos no original)

Do conjunto probatório apresentado nos autos e partindo da premissa de que a Administração entende que houve inadimplemento por parte da empresa, a rescisão contratual não detém as características exigíveis para ser amigável. *PD*



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*



Outrossim, pontue-se que, determinada a rescisão unilateral por quaisquer das formas de inadimplemento da contratada, a Administração não terá o que indenizar. Isto porque o §2º do art. 79 da Lei n. 8.666/93 estabelece que tal ônus apenas incumbe à contratante quando a rescisão não decorra de culpa do contratado.

Pois bem.

Este Tribunal, por meio do Contrato TRT/AJA n. 072/2014, contratou a execução da segunda etapa da nova sede das Varas do Trabalho de Maceió, no regime de execução indireta, empreitada por Preço Global, com fornecimento total de materiais, instalações de equipamentos e mão de obra, compreendendo a execução de paredes, painéis, revestimentos, instalações, caixilharia/esquadrias, equipamentos e complementos a serem incorporados à fase anteriormente construída (fundações e estrutura de uma edificação vertical de treze pavimentos), conforme detalhamento daquele instrumento contratual.

Houve processo licitatório n. 33.086/2013, sob a modalidade de Concorrência n. 001/2014, a qual a empresa Infracon foi a vencedora, firmando o Contrato TRT19/AJA n. 72/2014 com este Regional. A obra teve início em 20.5.2015, quando obtido o alvará de construção (f. 8.283 do Proc. n. 33.086/2013).

No tocante aos prazos de início e de execução, bem como as obrigações da contratada quanto à fidelidade dos serviços e obras ao projeto, o Contrato TRT19/AJA n. 72/2014 dispõe o seguinte:

**" DOS PRAZOS DE INÍCIO E DE EXECUÇÃO**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O prazo de execução será de 720 (setecentos e vinte) dias corridos para concluir a execução do objeto, a contar da data discriminada como início na ordem de serviço emitida pela Coordenação de Manutenção e Projetos – CMP deste Regional.

**Parágrafo Primeiro** - Exclui-se do prazo de execução o período compreendido entre a assinatura do contrato e a data de início da obra, bem como o período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo do objeto.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de execução do objeto do contrato dar-se-á da seguinte forma:



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

a) No primeiro dia útil, após a assinatura do contrato, a contratada deverá adotar todas as providências necessárias para iniciação da execução da obra, tais como: apresentação do corpo técnico de profissionais, com a devida qualificação mínima exigida; apresentação de toda a documentação legal (Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), inscrição da obra nos órgãos competentes, outros que a lei exigir); e a prestação das garantias contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

b) Após a conclusão das exigências contidas na alínea anterior o Contratante emitirá Ordem de Serviço, determinando o início da execução da obra, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**CLÁUSULA QUARTA - A CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE** obriga-se a obedecer às seguintes condições gerais:

[...]

#### **2. Da Fidelidade dos Serviços e Obras ao Projeto:**

**2.1 A Contratada deverá executar os serviços e obra em conformidade com desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como com as informações e instruções contidas no Caderno de Encargos.**

2.2 Todos os elementos de projeto deverão ser minuciosamente estudados pela Contratada, antes e durante a execução dos serviços e obras, devendo informar à Fiscalização sobre qualquer eventual incoerência, falha ou omissão que for constatada.

2.3 Nenhum trabalho adicional ou modificação do projeto fornecido pelo Contratante será efetivado pela Contratada sem a prévia e expressa autorização da Fiscalização, respeitadas todas as disposições e condições estabelecidas no contrato;

2.4 Todas as eventuais modificações havidas no projeto durante a execução dos serviços e obras serão documentadas pela Contratada, que registrará as revisões e complementações dos elementos integrantes do projeto, incluindo os desenhos como construído ("as built").



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*



**2.5 A Contratada submeterá previamente à aprovação da Fiscalização toda e qualquer alternativa de aplicação de materiais, serviços e equipamentos a ser considerada na execução dos serviços e obras objeto do contrato, devendo comprovar rigorosamente a sua equivalência, de conformidade com os requisitos e condições estabelecidas no Caderno de Encargos;**

2.6 Os projetos de fabricação e montagem de componentes, instalações e equipamentos elaborados com base no projeto fornecido pelo Contratante, como os de estruturas metálicas, caixilhos, elevadores, instalações elétricas, hidráulicas, mecânicas e de utilidades, deverão ser previamente submetidos à aprovação da Fiscalização. (sem grifos no original)

Consoante já citado anteriormente, a Comissão instituída pela Portaria GP n. 254/2016, destinada a apurar os fatos e instruir o Processo Administrativo n. 959/2016, com vistas à rescisão do Contrato TRT19/AJA n. 72/2014, propôs a rescisão com base nos incisos II, III e V do art. 78, da Lei n. 8.666/93.

A Infracon, por seu turno, em suas petições e documentos (f. 64/66, 79/212 e 216/274), alega que a fiscalização deixou de lhe pagar serviços extras e normais já executados, bem como negou medir a obra como sendo empreitada por preço global e não unitário. Em relação aos atrasos, busca o justificar afirmando conter erros no cronograma apresentado na licitação, ao mesmo tempo em que solicita sua alteração sem mudar o prazo de entrega da obra, a qual foi negada pelo fiscal. Assevera também que não obteve respostas sobre as consultas formuladas à fiscalização a respeito de definições de aspectos técnicos tais como nível do piso do subsolo e sobre a troca do fornecedor de agregado para a realização do piso de alta resistência. Por fim, requer o pagamento de serviços que entende ter executado sem a respectiva contraprestação, bem como a rescisão amigável do contrato.

Todas as alegações da contratada foram impugnadas especificamente pela fiscalização, consoante se observa às f. 73/78 e 277/298, informações estas ratificadas e endossadas pela Comissão instituída pela Portaria GP n. 254/2016, conforme se vê do Relatório Final de f. 299/300. A fiscalização, em suas alegações, relata que desde o início da obra registrou-se a condução dos serviços de modo desordenado, sem a preocupação da contratada em concluir os serviços das etapas iniciadas, ocasionando grande dificuldade de medição, pois tais serviços não eram concluídos integralmente (f. 296). Aponta, resumidamente, como causas justificadoras da rescisão unilateral a baixíssima produtividade da contratada na execução contratual; o atraso e lentidão na realização das



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional de Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

atividades previstas no cronograma, com períodos de paralisação total da obra; a falta de material na obra; a incapacidade financeira da Infracon em honrar o contrato; as dívidas da contratada com seus fornecedores; e a inviabilidade na continuidade do contrato (f. 2/3).

Da análise dos autos observa-se que, muito embora haja imposição contratual à empresa para atender ao cronograma inicialmente estabelecido para a realização da obra, apenas a primeira medição foi realizada conforme o planejado. Ainda assim, como esclareceu a Comissão de Fiscalização (f. 2), porque houve reconsideração da data de início da obra por motivos alheios à vontade das partes, justificada pela delonga para a obtenção do alvará para construção.

Todas as outras 9 (nove) medições foram realizadas consideravelmente abaixo do planejado no cronograma físico-financeiro da obra, ocorrendo situação em que não houve sequer o que ser medido, como se vê da 9ª medição (f. 13), ou mesmo executado pela empresa em percentual absurdamente reduzido, como se observa da leitura da 10ª medição, quando a Infracon desempenhou apenas 3,28% (três vírgula vinte e oito por cento) do montante esperado (f. 14).

Ora, de toda a instrução processual pode-se claramente concluir que a empresa foi, no mínimo, desidiosa no cumprimento de suas obrigações contratuais.

Registre-se, por oportuno, o teor da declaração emitida pela contratada nos autos do Proc. n. 33.086/2013 (f. 1.563), a qual foi citada pelo fiscal da contratante à f. 289 dos presentes autos:

"Declaramos que conhecemos todas as condições locais e necessárias para a execução completa dos serviços, bem como identificamos todas as características, condições especiais e dificuldades que porventura possam existir sua execução, admitindo-se, consequentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação.

Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viemos a celebrar, caso a nossa empresa seja vencedora".

A esse respeito, esclareceu a fiscalização da Administração que, muito embora a contratada tenha alegado vícios preexistentes, não interpôs qualquer requerimento até o encerramento do prazo recursal para o conteúdo do Edital (f. 289). Disse ainda o



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*



fiscal que, antecedendo a licitação foi concedido aos interessados tempo suficiente para o conhecimento das condições locais, bem como a possibilidade de apresentar questionamentos e interpor recursos, assim como fizeram alguns licitantes em várias ocasiões, inclusive tendo este Regional acatado recurso da própria Infracon editando quantidades reclamadas. Outrossim, manteve o Tribunal a publicidade de todos os questionamentos encaminhados pelos diversos participantes do certame licitatório para conhecimento público (f. 750/787 do Proc. n. 33.086/2013).

A própria contratada, em sua petição (f. 82 e 92), contradiz-se ao sustentar que as irregularidades eram "notáveis e irrefutáveis", mas sequer apresentou qualquer irresignação sobre supostos vícios, vindo a o fazer apenas durante a contratação. Ora, se tais incorreções eram notórias, por que a Infracon não as impugnou durante a licitação?

Também vale registrar as informações da fiscalização deste Regional no tocante aos vários requerimentos apresentados pela Infracon para alterações de materiais especificados para a obra, constante à f. 287:

"A substituição de qualquer material especificado requer justificativas, comprovação de similaridade (vide contrato item 2.5 cláusula quarta) e aprovação da fiscalização (item 2.3 cláusula quarta do contrato). O que de fato houve a princípio e que a empresa omite por conveniência, é que inicialmente houve aquisição de um rejunte não especificado e à revelia da aprovação da fiscalização (vide anotação no livro de ordem do dia 17/12/201 às fl. 9507, vol 48 do proc. adm. 33.086/2013), material esse posto em obra e que, após ser notado pela fiscalização, tentou a contratada aprová-lo como alternativa para encobrir a prática reincidente de aplicar materiais alternativos e de custo bem inferior, a exemplo do compensado da bandeja primária (proteção coletiva) e dos eletrodutos passados como 'pesados e galvanizados a fogo'".

Diante dos fatos narrados e constantes dos presentes autos, evidencia-se que a rescisão unilateral do contrato por culpa da contratada é medida que se impõe.

É inegável que o andamento da obra foi permeado por atrasos injustificados, utilização de materiais fora da especificação e sem prévia submissão de aprovação pela fiscalização, e por fim, a própria paralisação dos serviços, tudo isso



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

configurando o nítido inadimplemento contratual e autorizando a rescisão contratual por parte da contratante, nos termos do art. 78, II, III e V da Lei n. 8.666/93.

Convém registrar, ainda, que não obstante os constantes atrasos já fossem, por si sós, suficientes para a imposição de penalidades e rescisão contratual, a fiscalização deste Regional constatou a ocorrência de diversas outras irregularidades cometidas pela empresa, a saber:

"... ligação clandestina para se apropriar de água potável da concessionária local (vide anotação no livro de ordem do dia 07/01/2016 as fl.7528 vol 48 do proc. ad. 33086/2013); por descumprir sistematicamente das determinações da fiscalização; por exposição contínua da Contratante a danos a terceiros; por expor a fiscalização ao contínuo bombardeio de petições e questionamentos afim de obter vantagens e tergiversar sobre o contrato; por descumprir acordo para pagamento de terceirizados; por não ter crédito com fornecedores locais (de materiais; locação de equipamentos e terceirizados); por instruir aos seus comandados a não acolher as recomendações da fiscalização; por expor o fiscal ao assédio dos terceirizados alegando que o mesmo não queria 'pagar a Contratada'; por haver a partir de dezembro de 2015 continua animosidade entre a Contratada e seus credores havendo inclusive graves ameaças à integridade física do responsável pela obra e principalmente ao sr. José Maria.

Por fim, tudo isso pode ser levantado nos registros do livro de ordem e no depoimento dos que presenciaram." (sic) (f. 297)

Por conseguinte, tem-se que a rescisão do contrato se funda em todas essas causas legítimas e que não foram comprovadamente infirmadas pela empresa nesses autos. Está devidamente configurado o descumprimento de cláusulas contratuais pela Infracon, a qual, com seu comportamento no mínimo desidioso, consistente em desatender às especificações contratuais e legais, deu causa a atrasos injustificados, vindo a paralisar a obra, em total afronta às estipulações contratuais exigidas para a plena satisfação do objeto.

Pontue-se que a Administração vem se utilizando do rito procedimental adequado, posto que devidamente instaurado o competente processo administrativo, no qual vêm sendo asseguradas à contratada as garantias do contraditório e ampla defesa.

Também não prosperam as alegações da empresa no sentido de que foi a fiscalização quem deu motivos para o atraso da obra, indeferindo os requerimentos da



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

**Infracon.** Acerca desse fato, é necessário atentar que o pagamento do preço da obra foi dividido em 24 (vinte e quatro) prestações, consoante se verifica do Contrato TRT19/AJA n. 72/2014, as quais apenas seriam pagas à proporção que fossem sendo realizadas as etapas dos serviços contratados. A esse respeito, veja-se o teor das Cláusulas Oitava, Nona e Décima do citado contrato:

**" DA MEDIÇÃO**

**CLÁUSULA OITAVA** - As medições, a partir da data de início definida na "ordem de Serviço", serão realizadas em vinte e quatro parcelas regulares, ao final de cada período de trinta dias.

**Parágrafo Primeiro** - A Contratada deverá, no prazo de até cinco (05) dias úteis anteriores a data final da etapa, enviar uma pré-medição para a análise da fiscalização técnica, que, a partir da análise, indicará ao CONTRATADO os valores a efetivamente serem medidos e autorizará a emissão do(s) documento(s) de cobrança.

**Parágrafo Segundo** - A nota fiscal correspondente a medição deverá ser encaminhada à fiscalização acompanhada de:

- a) demonstrativo detalhando os itens medidos conforme planilha de preços;
- b) Segunda via do Livro de Ordem (Diário de Obras), com todas as folhas correspondentes aos trinta dias decorridos do respectivo período em correspondência ao cronograma, relatório das atividades realizadas no período inclusive com registro fotográfico documentando a evolução dos serviços;
- c) toda a documentação exigível para a manutenção da habilitação da empresa e comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais.

**Parágrafo Terceiro** - A remuneração, ao final de cada etapa do cronograma financeiro de desembolso, será realizada sempre com base nos percentuais dos serviços efetivamente realizados no período.

**Parágrafo Quarto** - No caso de alguns dos serviços não estarem em conformidade, o Fiscal Técnico impugnará a intenção de medir ainda na pré-medição. *[Assinatura]*



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

**Parágrafo Quinto** - A medição final só será realizada após o recebimento definitivo e poderá estar dissociada do prazo de execução da obra por conta da obtenção do HABITE-SE e outras exigências que não a execução física da obra.

**DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA NONA** - O valor global dessa avença será de R\$ 31.753.926,61 (Trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e três mil, novecentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavos).

**CLÁUSULA DÉCIMA** - O pagamento será realizado em vinte e quatro (24) etapas regulares mais uma MEDIÇÃO FINAL, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro e o RECEBIMENTO DEFINITIVO.

[...]"

Sobre a questão, pronunciou-se o fiscal nestes termos (f. 288):

"Em nada contrariou a fiscalização a observância da cláusula contratual referida, o que a contratada pretendeu sistematicamente foi receber por serviços com pendências de execução, ou por percentuais referentes a materiais ainda no almoxarifado como percentual de serviço executado, ou seja, antecipação de receita.

A Contratada foi alertada desde o início sobre o rigoroso controle dos serviços executados. Vale salientar, com muito cuidado, pois por duas ocasiões o Sr. José Maria Aquino, após ter se queixado do contrato e ter alertado de que se não vislumbasse lucro, largaria a avença.

Entendeu logo cedo essa fiscalização ser refém de provável abandono de contrato e manteve extremo cuidado nas medições. O argumento de se medir por percentuais não exime, em nenhum momento, a responsabilidade do fiscal em manter as medições dentro dos serviços efetivamente realizados, daí a permanente insatisfação da Contratada em ter sido mantida sob contínuo controle dos serviços realizado, consequentemente não lhe deixando margens financeiras antecipadas para o financiamento das etapas seguintes.

[...]

A fiscalização, nos procedimentos de medição, agiu com o rigor e controle que exige a coisa pública (vide art. 39 da resolução 960)



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*



70/2010 do CSJT), e contou com um engenheiro civil e técnicos em edificações com larga experiência em softwares para medições e controle a disposição como AutoCAD, Google e Excel, além de tudo, sempre exigiu da equipe de apoio revisões constantes das quantidades medidas. Registre-se ainda que, a cada medição, as quantidades foram aferidas acumuladamente e controladas rigorosamente em 'mapas de medição'.

Portanto, estabelecido contratualmente que as parcelas dos serviços apenas seriam pagas após satisfeitas as condições correspondentes, incumbia à contratada se organizar a fim de evitar atrasos e falhas na conclusão de cada uma das medições, sob pena de não receber integralmente a parcela de preço ajustada e ficar descapitalizada para arcar com os custos provenientes das etapas de serviços subsequentes.

Assim, partindo-se da linha interpretativa ventilada pela fiscalização desta Administração e cotejando-se as demais provas dos autos, conclui-se que a lentidão/atraso das etapas da obra decorreram unicamente das irregularidades perpetradas pela Infracon durante toda a execução dos serviços. A título ilustrativo, veja-se o gráfico de análise de desempenho contratual apresentado à f. 2 dos autos, evidenciando a baixíssima produtividade da empresa.

Após todas as considerações acima realizadas e refutados os fatos alegados pela empresa, da análise circunstanciada dos autos resta clarividente que durante toda a contratação a Infracon não demonstrou a capacidade técnico-operacional desejada e necessária ao cumprimento do objeto. Todas as medições, à exceção da primeira, como já esclarecido em linhas anteriores, foram muito inferiores ao que foi planejado, o que culminou com a paralisação completa da obra por parte da contratada.

Registre-se que a referida paralisação das atividades por parte da contratada ocorreu sem prévia comunicação à Administração acerca dos motivos que levaram a Infracon a tomar tal medida, consoante se extraem das afirmações incontroversas constantes nos autos, incorrendo novamente a empresa em infração contratual.

E o art. 77 da Lei n. 8.666/93 expressamente dispõe que a inexecução total ou parcial consiste em causa de rescisão contratual, senão veja-se:

"Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento".



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

Sobre o tema, leciona Marçal Juntem Filho<sup>4</sup> que " A indisponibilidade dos interesses fundamentais não se compadece com a incerteza ou insegurança do cumprimento das prestações impostas ao particular".

No caso concreto restou comprovado que os atrasos e indícios fortes de que a contratada não teria condições de cumprir com suas obrigações contratuais, como não as cumpriu, culminariam com a possibilidade de rescisão.

E sobre a questão de pagamentos por supostos serviços executados e não quitados suscitada pela empresa, o Plenário do TCU já se manifestou a respeito:

"creio não haver o que indenizar ao contratado, tendo em vista que não foi cumprida parte da avença, ou 'materializada' como pretende o recorrente; e que a inexecução total ou parcial do contrato é caso de rescisão, e não de anulação, com consequências contratuais previstas em lei ou regulamento, conforme estabelece o art. 77 da Lei n. 8.666/93" (Acórdão n. 1.416/2005, Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo).

O caso em análise revela que a empresa, durante todo o contrato, mostrou lentidão na execução de suas tarefas, autorizando a presunção de descumprimento dos prazos contratuais. Veja-se que tal fato ficou registrado em várias passagens dos autos, como já esclarecido acima. O inadimplemento da contratada foi evidenciado durante toda a execução contratual, quer seja pelos sucessivos atrasos nas medições da obra, quer seja pelo não atendimento às exigências da fiscalização em relação ao cumprimento das cláusulas contratuais, e finalmente pelo total abandono da obra.

Determinada a rescisão unilateral por quaisquer das formas de inadimplemento da contratada, a Administração deve ser indenizada pelas perdas e danos por ela sofridos, já que a rescisão está fundada em vícios cometidos pela Infracon durante toda a execução contratual, nos termos do art. 80, III e IV da Lei n. 8.666/93, assim redigido:

"Art. 80. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:

[...]

<sup>4</sup> *ibidem*, p. 1084



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional de Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

[...]"

Em comentários a respeito do referido dispositivo legal, veja-se o que leciona a doutrina<sup>5</sup>:

"A Administração mantém seu direito de ser indenizada pelas perdas e danos sofridos, se for o caso. É necessário distinguir as diversas hipóteses previstas no art. 78. Em algumas delas, a rescisão decorre do cumprimento defeituoso ou inexistente da prestação. Nesses casos, caracteriza-se um dano emergente para a Administração. [...]"

Além dos danos emergentes (quando cabíveis), a Administração deve exigir ressarcimento pelos lucros cessantes. Corresponde ao montante a maior que a Administração será obrigada a desembolsar para obter a execução da prestação que devia ser executada pelo particular. A diferença entre o que o contrato anterior previa como devido e o valor que, posteriormente à rescisão, a Administração estiver sujeita a desembolsar, corresponderá aos lucros cessantes".

O Superior Tribunal de Justiça também vem se manifestando no seguinte sentido<sup>6</sup>:

"4. Consectariamente, a exegese do art. 80, inciso III, da Lei n. 8.666/93 implica concluir que a expressão 'execução da garantia contratual' significa sua 'efetivação', via exigibilidade judicial cognitiva. Deveras, a natureza de título executivo não se infere, mas, antes, se afere dos termos inequívocos da lei, máxime porque, as referidas cédulas são fontes de atos de soberania estatal, como sói ser o processo autoritário-judicial de execução.

5. Excepcionalmente, constando da garantia, a quantia líquida e certa devida, admite-se a sua executividade, fato inóceno *in casu*.

6. Outrossim, os limites desses atos de autoridade, consubstanciados em meios de coerção e sub-rogação dependem da extensão do crédito, sua certeza, liquidez e exigibilidade. *MD*

<sup>5</sup> *ibidem*, p. 1127

<sup>6</sup> REsp n. 476.450/RJ, 1ª T., Relator: Ministro Luiz Fux. Data de julgamento: 18.11.2003. DJ: 19.12.2003



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional de Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

Consequentemente, perdas e danos não são passíveis de execução sem antes serem fixados o *an debeatur* e o *quantum debeatur*, à luz dos cânones do *due process of law*.

7. Decisão acentada em jurisprudência e doutrina processual e administrativa dominantes."

Nesse diapasão, após uma detida análise dos autos, bem como partindo da linha interpretativa de que houve inadimplemento por parte da contratada, esta Assessoria compartilha do entendimento exarado pela Comissão instituída pela Portaria GP n. 254/2016, destinada a apurar os fatos e instruir o Processo Administrativo n. 959/2016, com vistas à rescisão do Contrato TRT19/AJA n. 72/2014 no sentido de que a rescisão contratual tem as características exigíveis para ocorrer unilateralmente pela Administração, por inadimplemento da empresa, nos termos dos incisos II, III e V do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

Como consequência da rescisão contratual por inadimplemento da contratada, deve a Administração aplicar as sanções administrativas, consoante as disposições expressas nos art. 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, bem como ser ressarcida por eventuais danos materiais por ela sofridos (danos emergentes e lucros cessantes), nos termos do art. 80, III e IV, do mesmo diploma legal, a ser quantificado pelo setor competente.

### CONCLUSÃO

À vista de tais considerações esta Assessoria Jurídico-Administrativa opina pela possibilidade de rescisão unilateral pela Administração do Contrato TRT19/AJA n. 72/2014 firmado entre este Regional e a empresa Infracon Construtora e Incorporadora Eireli, por inadimplemento da empresa, nos termos dos incisos II, III e V do art. 78 da Lei n. 8.666/93, bem como pela aplicação das sanções administrativas, consoante as disposições expressas nos art. 86 e 87 do mesmo diploma legal, conforme proposição da Comissão instituída pela Portaria GP n. 254/2016 às f. 2/4 e 299/300.

Entende também esta Assessoria que a contratada deve suportar, como consequência da rescisão contratual que ora se propõe, o pagamento a favor da contratante de indenização por danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), nos termos do art. 80, III e IV, da Lei n. 8.666/93, a ser quantificado pelo setor competente. *PD*



*Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

Em cumprimento à parte final do despacho de f. 301, retornem os autos à Ordenadoria de Despesas, em prosseguimento.

É o parecer.

Maceió, 22 de junho de 2016.

ISABELA FRANCO LIMA SANTA RITTA  
Assessora Jurídico-Administrativa  
Presidência - TRT 19ª Região



*Poder Judiciário*

*Justiça do Trabalho*

*Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região*

*Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência*

**REMESSA**

Remeto, nesta data, os presentes autos acompanhados do respectivo Parecer AJA n. 116/2016 devidamente assinado à Ordenadoria de Despesas.

Em, 23.6.2016.

  
**CLAUDIA COSTA RODAS**

Substituta da Assessora Jurídico-Administrativa  
Presidência do TRT da 19ª Região

9.99  
re




Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Gabinete da Presidência

## CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que o Excelentíssimo Senhor Desembargador PEDRO INÁCIO DA SILVA, Presidente deste Tribunal, esteve em gozo de férias no período de 20 de junho a 17 de julho de 2016.

Maceió, 18 de julho de 2016.

  
SHEILA ROLIM  
Ordenadora de Despesas



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região  
Gabinete da Presidência



**Processo n.º 959/2016**

Vistos.

Decido.

Cuida-se de processo administrativo visando à rescisão unilateral do Contrato TRT 19ª AJA n.º 72/2014, firmado entre este Tribunal e a empresa INFRACON CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI para a execução da segunda etapa da nova sede das Varas do Trabalho de Maceió.

Para a apuração dos fatos e instrução do presente processo foi instituída Comissão através da Portaria n.º 254/GP/TRT19, de 5 de abril de 2016, que apresentou relatório final às f. 299/300, ratificando integralmente as informações constantes de f. 02/04, 73/78 e 277/298, e concluindo no sentido de que o contrato seja rescindido unilateralmente pela Administração, eis que configurada a inexecução contratual por parte da contratada.

Considerando que a contratada foi notificada da intenção desta Administração em rescindir unilateralmente o Contrato n.º 072/2014 com fundamento no art. 78, incisos II, III e V, da Lei 8.666/93, além da aplicação das demais sanções administrativas conforme disposições contidas nos arts. 86 e 87 do mesmo diploma legal, através do Ofício n.º 063/2016-SA, de 18 de março de 2016, e do Ofício n.º 075/2016-SA, de 9 de maio de 2016, ambos conferindo prazo para manifestação da empresa e garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa;

Considerando que a contratada manifestou-se às f. 64/66v (defesa prévia) e às f. 79/212 (considerações finais e documentos), alegando, em suma, que a fiscalização deixou de lhe pagar serviços extras e normais já executados, bem como negou medir obra como sendo empreitada por preço global e não unitário, que houve erros no cronograma apresentado na licitação, que não obteve respostas sobre as consultas formuladas à fiscalização, por fim, postulando a rescisão amigável do contrato;

Considerando o relatório de f. 02/04 e os documentos de f. 05/49, apresentados pela Comissão de Fiscalização da Construção da Segunda Etapa do Edifício Sede das Varas do



Trabalho de Maceió, ratificados às f. 299/300, os quais demonstram: a) baixíssima produtividade da contratada na execução do objeto; b) atraso e lentidão na realização das atividades previstas no cronograma, com períodos de paralisação total da obra; c) falta de material na obra; d) incapacidade financeira da contratada em honrar o contrato; e) dívidas da contratada com seus fornecedores; e f) inviabilidade na continuidade da obra;

Considerando o Parecer n.º 116/2016 da Assessoria Jurídico-Administrativa, às f. 302/312, opinando pela possibilidade de rescisão unilateral pela Administração do Contrato TRT19/AJA n.º 72/2014, por inadimplemento da empresa, nos termos dos incisos II, III e V do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, bem como pela aplicação de sanções administrativas, consoante disposições expressas nos arts. 86 e 87 do mesmo diploma, devendo a contratada suportar o pagamento a favor do contratante de indenização por danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), nos termos do art. 80, III e IV, da Lei n.º 8.666/93, a ser quantificado pelo setor competente;

Considerando que todas as alegações da empresa foram impugnadas especificamente pela fiscalização nos documentos de f. 73/78 e f. 277/298, nos quais relata que desde o início da obra registrou-se a condução dos serviços de modo desordenado, sem a empresa concluir as etapas iniciadas, ocasionando grande dificuldade na mediação dos serviços; que a partir da 2ª medição todas as medições foram muito abaixo do planejado no cronograma físico-financeiro da obra, conforme demonstram os relatórios de medição e o livro de ordem, ocorrendo situação em que não houve sequer o que ser medido, como se consta na 9ª medição; que a empresa inova durante a contratação a respeito de supostos erros no cronograma, tendo em vista que como participante do certame licitatório teve a oportunidade de impugnar o conteúdo do edital, mas sequer apresentou irresignação sobre qualquer um desses vícios durante a licitação;

Considerando que a contratada declarou nos autos do Processo n.º 33.086/2013, à f. 1563, "conhecemos todas as condições locais e necessárias para a execução completa dos serviços, bem como identificamos todas as características, condições especiais e dificuldades que porventura possam existir sua execução, admitindo-se, conseqüentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação" e que "não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viemos a celebrar";

Considerando que restou demonstrado nos autos que o andamento da obra foi permeado por atrasos injustificados, utilização de materiais fora das especificações, sem prévia submissão e aprovação da fiscalização e, por fim, pela paralisação dos serviços (inclusive com



o corte de energia elétrica por falta de pagamento), tudo isso configurando o inadimplemento contratual por parte da contratada e autorizando a rescisão contratual pela Administração, nos termos do art. 78, II, III e V, da Lei n.º 8.666/93, não havendo o que falar, pois, em rescisão amigável;

Considerando que, conforme consta nos autos, a grande responsável pela inexecução contratual é a própria contratada, que deixou de cumprir o cronograma físico-financeiro por falhas só a ela atribuíveis, tendo sido advertida e penalizada desde a 2ª medição do contrato;

Considerando que com o inadimplemento da contratada a Administração necessita promover a rescisão unilateral, com todas as consequências previstas no art. 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas na lei, inclusive com o ressarcimento à Administração das perdas e danos sofridos, valendo frisar que o inciso III prevê a execução da garantia contratual para o mencionado ressarcimento e o inciso IV a retenção dos créditos decorrentes do contrato;

Considerando que "tendo sido exigida a prestação de garantias do contratado, nos termos do art. 56, e havendo débito do contratado para com a Administração, decorra este débito de prejuízos causados à Administração contratante ou de multas aplicadas ao contratado, pode a Administração apropriar-se diretamente da garantia prestada, independentemente da propositura de qualquer ação judicial" grifo nosso (FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de direito administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2007. p.369);

Considerando o entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça de que a punição prevista no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93 (suspensão de participar de licitação) "não produz efeitos somente em relação ao órgão ou ente federado que determinou a punição, mas toda a Administração Pública, pois, caso contrário, permitir-se-ia que a empresa suspensa contratasse novamente durante o processo de suspensão, tirando desta a eficácia" (REsp n.º 174.274/SP, Segunda Turma);

Considerando, por derradeiro, que não cabe aos órgãos da Administração Pública qualquer tipo de conivência com as irregularidades demonstradas;

Diante de todo o exposto e com fundamento na análise efetuada pela Assessoria Jurídico-Administrativa às f. 302/312, com a qual estou de acordo, DECIDO: /

a) Rescindir unilateralmente o Contrato TRT 19ª AJA n.º 72/2014, firmado entre este Tribunal e a empresa INFRACON CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, com base nos termos dos art. 79, inciso I, da Lei 8.666/93, tendo em vista a infração ao



disposto no art. 78, incisos II, III e V, e com todas as consequências previstas no art. 80 d6l. mesmo diploma legal;

b) Aplicar à Empresa INFRACON CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI a pena de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com toda a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos e a pena de multa de 2,5% sobre o montante em atraso na fração final do contrato, conforme previsão contida na Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Segundo, Item 1.1, do respectivo contrato c/c art. 87, incisos II e III, da Lei 8.666/93;

c) Instaurar procedimento administrativo visando apurar e definir o montante dos danos materiais sofridos por esta Administração e demais pendências, devendo ser expedida portaria designando a Comissão, com os mesmos integrantes da Comissão de Fiscalização do Contrato n.º 72/2014 (Portaria n.º 073/GP/TRT19), que deverá instruir o mencionado procedimento administrativo nos autos do Processo n.º 33.086/2013, e assegurar à contratada o contraditório e a ampla defesa;

d) Ordenar que a multa aqui aplicada e os ressarcimentos devem ser pagos utilizando a garantia contratual e, não sendo suficientes, por meio de emissão de GRU, observando-se que não sendo recolhidos pela contratada, deverão ser inscritos na Dívida Ativa da União;

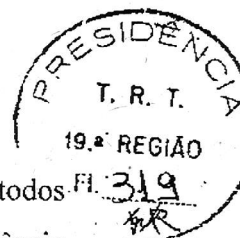
e) Determinar a juntada da cópia da presente decisão, do parecer jurídico de f. 302/312 e do relatório de f. 299/300 nos autos do Processo n.º 33.086/2013.

Remetam-se os autos à **Secretaria de Administração** que deverá: providenciar a publicação da decisão; oficial à empresa acerca da presente decisão para, querendo, apresentar Recurso Sem Efeito Suspensivo no prazo de 05 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea "e", §2º, da Lei 8666/93) dirigido ao Presidente do Tribunal (com cópia da presente decisão, dos relatórios de f. 02/04, 73/78, 277/298 e 299/300, do parecer jurídico de f. 302/312); e juntar cópia da presente decisão, do parecer jurídico de f. 302/312 e do relatório de f. 299/300 no Processo n.º 33.086/2013.

Após, à **Secretaria de Gestão de Pessoas** para a confecção da portaria designando a Comissão acima citada.

Encaminhem-se, posteriormente, à **Assessoria Jurídico-Administrativa** para lavrar o termo rescisório.

Em seguida, ao **Fiscal do Contrato** para apurar a multa de 2.5% sobre o montante em atraso na fração final do contrato, conforme previsão contida na Cláusula Décima Sexta, Parágrafo Segundo, Item 1.1, do respectivo contrato.



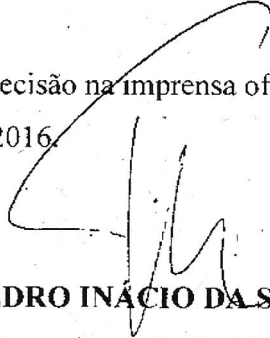
Logo após, à **Secretaria de Orçamento e Finanças** para recolher ao Erário todos os valores retidos durante a execução do contrato a título de penalidades e a importância relativa à multa de 2.5% sobre o montante em atraso na fração final do contrato, salientando, que respectivo valor deverá ser pago descontando o valor da garantia contratual nos termos do art. 86, II, da Lei 8.666/93.

Em prosseguimento, à **Secretaria de Licitações** para inscrição das penalidades no SICAF:

Por fim, os autos devem seguir à **Comissão de Fiscalização da Construção da Segunda Etapa do Edifício Sede das Varas do Trabalho de Maceió** (Processo n.º 33.086/2013 - Contrato n.º 72/2014) para apurar e definir o montante de danos materiais ocasionados (danos emergentes e lucros cessantes) a este órgão público, e à **Secretaria de Orçamento e Finanças** para recolher ao Erário respectivos valores referentes ao ressarcimento, descontando-os da garantia contratual, não sendo suficientes, por meio de emissão de GRU, observando-se que não sendo recolhidos pela contratada, deverão ser inscritos na Dívida Ativa da União.

Publique-se a presente decisão na imprensa oficial.

Maceió, 20 de julho de 2016.

  
**PEDRO INÁCIO DA SILVA**  
Desembargador Presidente